

Sindicato cobra da TAP ME adoção de medidas adequadas ao controle de calor

O Sindicato reuniu-se, na última segunda-feira (3/2), com a direção da TAP ME para debater as reivindicações dos trabalhadores. Na ocasião, a entidade exigiu providências urgentes no sentido de reduzir o calor excessivo em várias áreas da empresa, conforme anexo 3 da NR-15, incluindo hangares, almoxarifado e oficinas. A situação já foi denunciada à SRTE, que deve realizar em breve nova fiscalização na TAP ME.

O Sindicato também solicitou que seja feito um escalonamento para as contribuições ao plano de saúde, para os trabalhadores cujos salários ficaram acima do

teto que garante o pagamento simbólico de um real. Pediu ainda a implantação imediata de regras claras para o Plano de Carreira, e a revisão dos salários de forma a adequá-los ao mercado, que tem remunerado muito melhor do que a TAP ME os profissionais com formação técnica que atuam na manutenção e outras áreas. (Vide matéria sobre mercado de trabalho no G1: <http://goo.gl/iTkIOA> e na Folha: <http://goo.gl/OuP5Se>).

Os sindicalistas pediram sensibilidade da TAP ME em relação ao reajuste salarial, para que a empresa aplique o INPC de imediato e cumpra o acordo

que vier a ser assinado com o sindicato patronal das empresas aéreas. A maioria das empresas do setor já inclui na folha esse índice.

A direção do Sindicato relatou que a CIPA comunica ao SESMT questões referentes à segurança, ao calor e ao cumprimento da NR-15, mas não são tomadas providências.

No setor de motores, por exemplo, há trabalhadores da área de limpeza que vem sendo expostos a riscos. Participaram da reunião os vice-presidentes Gláucia Loureiro e Eng. Valter, e por videoconferência os gerentes Rita e Rodrigo.

Sindicato aposta na mobilização para fortalecer negociações com as aéreas

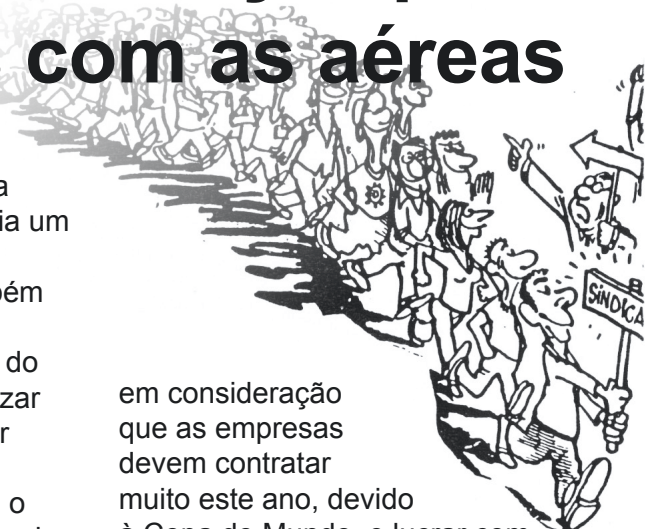
As negociações com o sindicato patronal das empresas aéreas continuam, e nenhum acordo foi fechado pelos sindicatos de aeroviários ligados à Fentac. Isto se deve à análise feita pelas entidades de que a proposta das empresas segue ruim para os trabalhadores.

Na última rodada, realizada semana passada, o Sindicato formalizou a proposta dos trabalhadores, que reivindica extensão da licença maternidade, piso para agentes de check in e cesta básica para todos. O Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (SNEA), no entanto, rejeitou as propostas. O Sindicato

ressalta que, pela proposta do SNEA, a nova redação da cláusula da cesta básica seria um retrocesso.

O índice de reajuste também prejudica os trabalhadores, pois sequer repõe a inflação do período. Diante disso, mobilizar os aeroviários para fortalecer as entidades sindicais nas negociações continua sendo o melhor caminho para a categoria. A greve dos rodoviários de Porto Alegre, cuja mobilização atinge cem por cento da base, é um importante exemplo de como os trabalhadores podem se unir para enfrentar o patronato e defender seus direitos. Ainda mais levando

em consideração que as empresas devem contratar muito este ano, devido à Copa do Mundo, e lucrar com o evento, o que permitiria um aumento maior nos salários e benefícios, ressalta a direção do Sindicato. As negociações com o SNEA seguem e uma nova rodada deve ser agendada nos próximos dias.



TAM descumpre NR-7 e norma do ponto eletrônico

A TAM vem descumprindo a NR-7, que obriga a empresa a entregar uma cópia dos exames periódicos ao trabalhador. Para o Sindicato, as deficiências no atendimento ao trabalhador, no setor de RH da companhia, são motivadas por uma tentativa de evitar que os funcionários juntem provas para futuras ações trabalhistas. Os trabalhadores precisam estar atentos porque esses documentos são muito importantes e precisam ser recebidos e arquivados por eles, não só para um eventual ingresso na Justiça, mas para diagnósticos médicos e pedidos junto ao INSS. E, acima de tudo, são um direito.

Outra norma que a TAM vem descumprindo é a do ponto eletrônico. A empresa tem o dever de dar cópia do ponto ao trabalhador,

para que o mesmo possa revisar sua remuneração de acordo com as horas trabalhadas (incluindo as horas extras). A empresa não fornece o registro, e os números apontados de forma manual pelos funcionários, para controle, muitas vezes não batem com a folha de pagamento. A empresa também está descumprindo a norma em relação ao equipamento de ponto, que não é o regulamentado pelo Ministério do Trabalho e Emprego. O Sindicato irá denunciar a companhia aos órgãos competentes.

VESTIÁRIO - Há informações de que a TAM substituiu o container adquirido para servir como vestiário, mas o local ainda não está acessível aos trabalhadores. O Sindicato irá fiscalizar as instalações assim que o espaço for liberado.

Veja o que diz a NR-7:

7.4.4. Para cada exame médico realizado, previsto no item 7.4.1, o médico emitirá o Atestado de Saúde Ocupacional - ASO, em 2 (duas) vias.

7.4.4.1. A primeira via do ASO ficará arquivada no local de trabalho do trabalhador, inclusive frente de trabalho ou canteiro de obras, à disposição da fiscalização do trabalho.

7.4.4.2. A segunda via do ASO será obrigatoriamente entregue ao trabalhador, mediante recibo na primeira via.

Portaria garante adicional a vigilantes

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) editou uma norma que estabelece adicional de periculosidade para vigilantes. A Portaria 1885, de 2 de dezembro de 2013, deve beneficiar os Agentes de Proteção (APACs) que atuam nos aeroportos. O Sindicato está buscando reunião com as empresas do setor para cobrar a aplicação da nova legislação.

Infraero abre brecha na segurança

Trabalhadores que atuam em áreas de periculosidade podem trabalhar, no máximo, seis horas por dia. Quem excede isso, além de abrir mão de um importante direito conquistado pela categoria, coloca em risco sua saúde e a segurança operacional no aeroporto. A Infraero deve fiscalizar essa regra junto as suas terceirizadas, mas tem feito vista grossa e liberado mais de um crachá para trabalhadores que atuam em duas empresas, cumprindo até doze horas na pista e rampa. A omissão gera uma brecha na segurança, pois dá chance para que pessoas não autorizadas, de posse de um dos crachás, entrem na área restrita. O Sindicato irá denunciar a situação aos órgãos competentes.

Aeroviários da Brava estão sem receber há meses

Os trabalhadores da Brava ainda não receberam o 13º salário, ticket, nem os salários de dezembro e janeiro. O FGTS não está sendo depositado há cerca de um ano, o que é crime.

Diante da gravidade da situação, o Sindicato vem atendendo a todos que buscam apoio da entidade, associados ou não, mas ressalta que o caso é um exemplo da importância de se sindicalizarem. O fato é que

apenas poucos funcionários da Brava são sindicalizados e isso, para a empresa, demonstra que eles desconhecem seus direitos. Se a maioria fosse sindicalizada, a postura da empresa poderia ser bem diferente.

O Sindicato acompanha atentamente a crise na Brava e destaca que seus gestores são conhecidos por descumprir a legislação trabalhista na VitSolo.

Sineata tenta ludibriar trabalhadores

O Sindicato vem, desde 2013, buscando junto ao Sindicato Nacional das Empresas de Serviços Auxiliares (Sineata) a formalização de uma convenção coletiva que garanta os direitos dos aeroviários nos moldes da firmada com o SNEA. A entidade participou, como observadora, de reuniões realizadas entre Sineata e sindicatos da Força Sindical, e constatou que a proposta das empresas mudou. Tudo leva a crer que o Sineata está tentando ludibriar os trabalhadores para ampliar a jornada e mudar a data-base. O Sindicato segue atento e na luta.

Expediente

Aero Folha

é uma publicação do Sindicato dos Aeroviários de

Porto Alegre - Rua Augusto Severo, 82 - São João - Porto Alegre - RS - CEP 90240-480 - Fone: 51 3343-4302

Site: www.aeroviarios.org.br - E-mail: atendimento@aeroviarios.org.br - Dir. de Imprensa: Paulo Sérgio da Silva

(paulo.silva@aeroviarios.org.br). O conteúdo deste veículo é de inteira responsabilidade da direção do

Sindicato. Ilustração: Laerte - Editado em 06/02/2014. Tiragem: 1,3 mil exemplares.



Filiado à

CUT